

**PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO
PARAIBANO: MIGRAÇÃO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UM
ESTUDO DOS CASOS DE CONDADO E SANTA HELENA.**

Hélio de Sousa Ramos Filho

Mestrando em Economia PPGE/UFPB
Professor substituto do Departamento de Economia
Univesidade Federal da Paraíba
Rua Caturité, n 92-Torre -João Pessoa/PB
helioramos@gmail.com
CPF:037713244-67

Ivan Targino Moreira

Professor Phd. do Departamento de Economia
Univesidade Federal da Paraíba
Rua Maria Elisabeth, 220 – Cabo Brancp – João Pessoa/PB
ivantargino@bol.com.br
CPF:090769484-53

Lúcia Maria Góes Moutinho

Professora Doutora do Departamento de Economia
Univesidade Federal da Paraíba
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 9010 – Tambaú - João Pessoa/PB
Endereço Endereço Endereço Endereço Endereço Endereço
Luma121@hotmail.com

**Agricultura Familiar
Pôster**

Projetos públicos de irrigação no semi-árido paraibano: migração, pobreza e exclusão social: um estudo dos casos de condado e Santa Helena.

Resumo

Este estudo analisa o papel do setor público (federal e estadual) em áreas irrigadas na Paraíba. Procura-se entender as causas do insucesso da política de irrigação em reter os fluxos migratórios populacionais dos municípios de Condado e de Santa Helena e o conseqüente agravamento da pobreza e da exclusão social. A metodologia utilizada é o estudo de casos de caráter descritivo-analítico; para a realização do trabalho foram coletadas informações primárias e secundárias. As informações primárias foram obtidas através da aplicação de questionários (28 em Condado e 60 em Santa Helena) e da realização de entrevistas nos referidos projetos. A pesquisa foi realizada nos meses de outubro a dezembro de 2003. As informações secundárias foram obtidas junto ao DNOCS e a Secretaria de Irrigação e Recursos Hídricos. O artigo está organizado em cinco seções: introdução; metodologia; os estudos de casos; potencialidades e impedimentos à transformação econômica e social local; e, considerações finais. Os principais resultados indicados pela pesquisa são: a) a política de irrigação não foi eficiente no sentido de conter os processos migratórios, a pobreza e a exclusão social; b) a ampliação da cobertura da política previdenciária tem sido o elemento dinamizador desses processos, à medida que, as aposentadorias têm financiado a atividade agropecuária; c) uma das características predominantes dos perímetros irrigados é a baixa escolaridade, podendo ser considerado uma barreira a adoção de novos padrões tecnológicos e, portanto, de limitação ao seu desenvolvimento e redução da pobreza e da contenção dos fluxos emigratórios; d) ausência de políticas de sustentação de preços torna os produtores dos dois perímetros irrigados vulneráveis às condições adversas do mercado, o que inibe o desenvolvimento da atividade, e, portanto, a geração de renda e emprego agravando a pobreza e a exclusão social.

PALAVRAS CHAVE: processos migratórios; irrigação; projetos públicos.

Projetos públicos de irrigação no semi-árido paraibano: migração, pobreza e exclusão social: um estudo dos casos de condado e Santa Helena.

1. INTRODUÇÃO

As economias avançadas possuem uma agricultura com características diferenciadas das demais nações não-desenvolvidas. Nestes países avançados, o desenvolvimento da agricultura moderna baseia-se tanto em grandes unidades de produção altamente tecnificadas quanto em pequenas unidades produtivas familiares, que usam, de forma mais eficiente, os recursos naturais disponíveis, a tecnologia e o trabalho. Entre os fatores de produção utilizados merece destaque à mão-de-obra, por ser predominantemente que compõem a família. Assim, a demanda por trabalho nas pequenas unidades de produção agrícola é praticamente inexistente. Nos países desenvolvidos, as pequenas unidades familiares são responsáveis pela produção dos gêneros alimentícios e pelo fornecimento de matérias-primas.

Nestes países, a intervenção estatal tem desempenhado papel fundamental para o sucesso da agricultura familiar. Tal como afirma Abramovay (1992) o Estado deve anular os efeitos perversos das oscilações dos preços sobre as empresas familiares, de modo a garantir a oferta agrícola. Os instrumentos comumente utilizados pelos países desenvolvidos em favor do setor agrícola são: políticas de subsídios, isenção de impostos e medidas protecionistas do mercado interno aos produtos agrícolas estrangeiros.

No Brasil, o cenário é bem mais heterogêneo. Além da presença de grandes propriedades com diferentes graus de eficiência, constata-se a presença de pequenas unidades produtivas similares às encontradas nas nações desenvolvidas ao lado de pequenas unidades com nível tecnológico bastante atrasado. Por outro lado, há uma limitada intervenção estatal no sentido de gerar um macroambiente que propicie o desenvolvimento dessa produção, particularmente da familiar. Atualmente, as unidades de produção da agropecuária brasileira mais desenvolvidas concentram-se, em sua maioria, no Centro-Sul, que ao longo dos anos destacou-se como área produtora dos gêneros alimentícios e como fornecedora de matéria-prima para o restante do País.

Diferentemente do que ocorreu com os países avançados que favoreceram o desenvolvimento da agricultura como elemento de apoio ao capitalismo, no Brasil o setor industrial foi estimulado em detrimento do setor agrícola, por políticas cambiais e fiscais, entre outras desde o início do século XX.

Foi no Sudeste que a industrialização brasileira mais se desenvolveu a partir dos anos 20, provocando internamente substanciais diferenças sociais e econômicas, entre as diversas regiões, em especial a mesma e a região Nordeste. O Estado protegeu a estrutura produtiva que emergia nessa região, através do Processo de Substituição de Importações, sem dar a devida atenção à região Nordeste. No intuito de amenizar tal cenário de disparidades e favorecer a unificação econômica, a intervenção estatal na região Nordeste, ao longo da história, buscou amenizar os impactos das estiagens sobre a frágil estrutura.

No início do século XX, esta intervenção foi consubstanciada na criação da Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS), depois IFOCS e, em 1945, transformado em DNOCS. As medidas adotadas consistiam na perfuração de poços, construção de barragens e açudes e fornecimento de alimentos nos períodos de intensa estiagem. Uma outra medida apontada por políticos, intelectuais e cientistas como forma de permitir o desenvolvimento da agricultura no Nordeste semi-árido sempre foi a irrigação. Na década de 70, em meio à euforia desenvolvimentista, foram implementados alguns planos, tais como o PROTERRA, o PIN, o Projeto Sertanejo e o POLONORDESTE entre muitos outros, objetivando a realização de

uma política de irrigação mais ativa. Nesse período surgiu a primeira política voltada para a irrigação, o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário - GEIDA, que elaborou o Programa Plurianual de Irrigação - PPI.

Esse programa favoreceu a criação dos chamados “perímetros irrigados”, áreas que buscam aproveitar as potencialidades hídricas existentes após as políticas de açudagem e de montagem da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e, desse modo, de possibilitar melhores condições de vida aos sertanejos. Particularmente, a intervenção estatal na Paraíba foi inicialmente empreendida na construção de açudes, e posteriormente, consoante o PPI, de aproveitamento da água acumulada. Dois perímetros foram criados durante este período na Paraíba: o Perímetro Irrigado Federal Engenheiro Arcoverde, no município de Condado e o perímetro irrigado Estadual Várzea do Arroz, em Santa Helena; localizados na zona semi-árida paraibana.

Evidentemente que, o fluxo migratório não pode ser entendido se este estiver desassociado da configuração sócio-econômica nacional. Os fluxos migratórios interestaduais possuem direta correlação com os grandes centros nacionais. A agricultura desenvolvida no Nordeste semi-árido, em especial no Estado da Paraíba, tem contribuído juntamente com a falta de apoio federal e estadual em determinadas áreas irrigadas (os chamados perímetros irrigados) para impulsionar o processo emigratório.

Este estudo analisa o papel do setor público (federal e estadual) em áreas irrigadas na Paraíba. Procurar-se-á entender as causas do insucesso da política de irrigação em reter os fluxos emigratórios dos municípios de Condado e de Santa Helena e o conseqüente agravamento da pobreza e da exclusão social local.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A pesquisa é de natureza descritivo-analítica. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo se subdividem em dois subitens: fonte de dados e tratamento dos mesmos.

Para a realização do presente artigo foram levantadas informações primárias e secundárias. As informações primárias foram obtidas a partir da aplicação de questionários e entrevistas, junto aos produtores rurais dos projetos de irrigação de Condado e de Santa Helena e aos técnicos agrícolas. Justifica-se a aplicação dos questionários “in loco” por permitir um melhor detalhamento dessas informações. Os questionários levantaram informações acerca da situação socioeconômica dos perímetros, das unidades de produção e do perfil e características dos irrigantes.

As amostras se compõem de 28 irrigantes de um total de 54 indivíduos, portanto a amostra representa percentualmente 51,85% da população pesquisada para o caso do projeto federal e 61 irrigantes de um total de 266 indivíduos, isto é, 22,92% no projeto estadual. Abrangendo diversas categorias: idade, sexo, grau de instrução, área, principais culturas, comercialização, rendimentos, escolaridade, migração.

As informações secundárias foram conseguidas mediante: i) levantamento do material disponível junto aos órgãos competentes sobre projetos de irrigação federal e estadual em funcionamento, mais especificamente o DNOCS e a Secretaria de Irrigação e Recursos Hídricos; ii) leitura de monografias, teses, dissertações, artigos e documentos relacionados ao tema proposto; iii) informações geográficas, sociais e econômicas sobre a área.

Após a tabulação dos dados, foram utilizados alguns recursos da estatística descritiva, tais como o cálculo das frequências absolutas e relativas bem como da média das principais variáveis pesquisadas.

3. OS ESTUDOS DE CASO OU CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO.

Inicialmente, nesta seção, descrevem-se os perímetros e faz-se uma apreciação da infraestrutura básica, considerando os seguintes aspectos: localização, área irrigada e de sequeiro, desapropriação ou não, cooperativa e fonte hídrica para, em seguida, se analisar o atual estágio do projeto de irrigação buscando identificar os fatores que estão contribuindo para o processo emigratório, a pobreza e a exclusão social.

3.1 Os projetos de irrigação Engenheiro Arcoverde e Lagoa do Arroz

O perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde situa-se na microrregião de Patos, no Estado da Paraíba, a 400 km da capital, João Pessoa. Em 1971 iniciou-se a implantação desse perímetro irrigado, sendo concluindo dois anos mais tarde, em 1973. O empreendimento foi realizado pelo DNOCS com intuito de aproveitar a potencialidade hídrica do açude público Engenheiro Arcoverde, construído pelo referido órgão em 1936.

O município de Santa Helena tem uma área de 209,7 km quadrados, possui uma densidade demográfica de 29,4 habitantes por km quadrado, está localizado da mesorregião do Sertão paraibano, na microrregião de Cajazeiras, município onde se localiza o perímetro Irrigado Estadual Lagoa do Arroz que ainda não foi completamente implantado.

3.2 A desapropriação.

No estudo de caso do projeto federal, conforme os entrevistados, ocorreu desapropriação. Período que fortes conturbações. Notadamente, havia uma estrutura fundiária fortemente resistente à implementação do projeto. Os pequenos proprietários alegavam que suas terras eram fontes de rendimento e de resistência às secas periódicas; os grandes proprietários ficaram receosos de que, depois de efetivado, não houvesse áreas designadas para si de modo que perdessem área ou ficassem de fora dos possíveis benefícios gerados pelo referido projeto. A área paga e registrada em cartório compreende um total de 920,74 ha, que atualmente, se subdivide em: área de sequeiro 642,09 ha (70% da área total) e a área irrigável 278,65 ha (30% da área total). No projeto estadual tal fato não ocorreu, mas, no presente momento, estão sendo geradas algumas perspectivas.

3.3 Área.

De acordo com os dados coletados pela pesquisa no município de Condado, existem 109,25 ha de área de sequeiro e 103,5 ha de área irrigada operando no momento da pesquisa. Sabendo-se que as áreas passíveis de serem utilizadas são respectivamente 290 ha e 279 ha, se conclui que, da porção irrigada e de sequeiro só estão funcionando 37,67% e 37,09% da capacidade produtiva da área, ou seja, operam-se atualmente 36,26% da área total. Isto se agrava ainda mais, quando se desconsideram possíveis áreas salinizadas ou com problemas de erosão, que conforme o relatório do DNOCS corresponde a 44,86 ha, refazendo as estatísticas e obtendo o correto percentual, tem-se: 20,04% e 18,96% das áreas irrigadas e de sequeiro operando. Segundo informações obtidas sobre o projeto de estadual, as áreas de sequeiro e

irrigadas, no momento da pesquisa, correspondia respectivamente a 65,78% e 34,22% da área total efetivamente utilizada.

3.4 As Cooperativas.

Criou-se conforme os objetivos de desenvolvimento de culturas irrigadas no perímetro Engenheiro Arcoverde, a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Condado Ltda – CAMIC e recentemente uma Cooperativa da Várzea do Arroz. Estas objetivam favorecer parcerias para a compra de agrotóxicos, maquinário, empréstimos bancários, comercialização etc, isto é, de propiciar uma maior integração entre os colonos e o mercado, utilizando eficientemente os recursos hídricos, técnicos e econômicos disponíveis.

3.5 Fontes hídricas.

A principal fonte hídrica do perímetro federal constitui-se, como já foi mencionado, no Açude¹ Engenheiro Arcoverde com capacidade de armazenamento de 35.000.000 m³ bem como em 53 poços artesianos que foram perfurados no intuito de auxiliar no suprimento de água, estes últimos possuem capacidade de 1 a 2.000 l/s. Vale informar que, o açude também é fonte de fornecimento de água para a cidade de Condado, que possui uma população de 6.495 habitantes.

O projeto de irrigação estadual, Projeto Lagoa do Arroz, se localiza no distrito de Várzea do Arroz, possuindo uma área de 800 hectares irrigados. É abastecido pelo açude também denominado, Lagoa do Arroz, que possui uma capacidade de armazenamento de 40.000.000 metros cúbicos de água. Neste projeto de irrigação há 266 irrigantes e as principais culturas são: o milho, feijão, banana, goiaba, algodão, coco e arroz.

Os perímetros operam parcialmente, porque sua área tem sido explorada nestes últimos anos (de 93 a 95 e de maio de 98 até 2003) através de poços amazonas. O açude Engenheiro Arcoverde teve sua comporta lacrada por ordem judicial para fins de irrigação. Em novembro de 2002, houve liberação da água, mas como há necessidade de recuperar trechos da infraestrutura de irrigação, principalmente canais secundários, não foi liberada a água para este fim², com repercussões drásticas sobre a principal cultura no ano de 1998, a saber: a banana. Vale salientar que outras frutícolas também são cultivadas no perímetro, além da banana, tais como: mamão, goiaba, melão, feijão, milho, pimentão, melancia, acerola, maracujá.

4. POTENCIALIDADES E IMPEDIMENTOS À TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL LOCAL

Objetivando identificar os fatores inibidores do desenvolvimento econômico e social local, analisam-se nesta seção, os aspectos sociais, econômicos, estruturais e institucional.

4.1 Aspectos sociais.

Destacaram-se como variáveis relevantes para análise, a escolaridade e a faixa etária, tanto para o caso do projeto federal de Condado como para o estadual de Santa Helena.

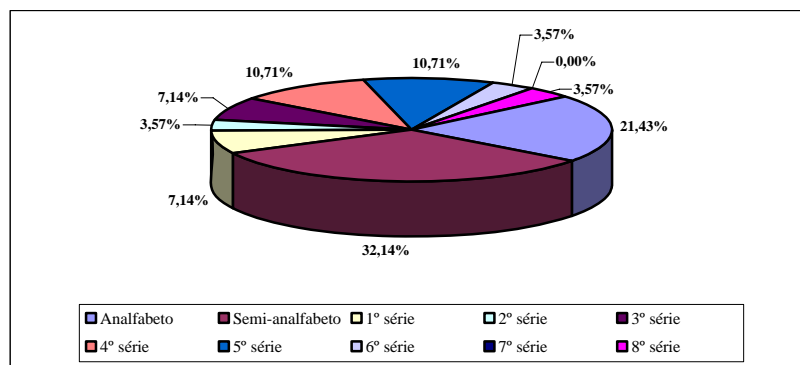
¹ Açude – designação dada regionalmente a qualquer acúmulo de água nascida da interceptação de uma corrente líquida. Compreende a barragem, isto é, o dique de terra ou concreto e o lago por ele formado (IBGE, anuário estatístico do Brasil, 2001)

² DNOCS; Situação atual e perspectivas dos perímetros irrigados, da piscicultura e dos recursos hídricos administrados pelo DNOCS no Semi-árido. Fortaleza, 10 a 11 de abril de 2003.

Quanto à estrutura etária, tem-se que a idade média de 59,29 anos no projeto de Condado e 48,92 anos no Projeto Estadual de Santa Helena. Este é um dado preocupante, uma vez que a atividade agrícola requer grande dispêndio de força física. Esta constatação é atenuada pelo fato dos filhos e agregados familiares (cunhados, genros, etc) serem os administradores e responsáveis pela continuidade das culturas irrigadas (feijão, banana, arroz, etc). A família é numerosa, possui aproximadamente oito componentes.

No que concerne a escolaridade, conforme mostra o Gráfico 2, os entrevistados que pertencem à categoria de semi-analfabeto³ correspondem à proporção mais significativa do grupo. Um indicador importante de baixa escolaridade encontra-se no fato de não haver indivíduos com 2º grau completo ou incompleto. Alguns colonos vêm realizando cursos de aperfeiçoamento de mão-de-obra, que envolvem os seguintes conteúdos: cooperativismo, caprinocultura, corrugação (sistema de irrigação), piscicultura, manuseamento de agrotóxicos e de correto plantio de diversas frutas, fornecidos principalmente pela EMATER e EMEPA (localizada na cidade de Sousa) conjuntamente com o DNOCS e a CAMIC. Esses cursos, por sua vez, favorecem a difusão de tecnologias e reduzem os impactos da mão-de-obra semidesqualificada no local.

Gráfico 1
Percentual dos diversos níveis educacional na população total do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde.



Fonte: Dados de pesquisa de campo (2003).

Para o projeto estadual de Santa Helena observou-se um quadro semelhante, onde se percebe mais representatividade dos analfabetos (38,88%) e de semi-analfabetos (25,00%), como agravante não se encontrar medidas que amenizem essa deficiência estrutural. Assim, de forma geral, constata-se que uma das características predominantes dos perímetros irrigados é a baixa escolaridade, podendo ser considerada uma barreira à adoção de novos padrões tecnológicos para uso da água e do solo de forma eficiente e, portanto, de limitação ao seu desenvolvimento, redução da pobreza e contenção dos fluxos migratórios.

4.2 Aspectos estruturais.

Nos períodos de 1993/95 e 1998/99, ocorreram duas grandes secas de impactos significativos sobre a produção agropecuária da região Nordeste e, conseqüentemente também afligiu os perímetros irrigados em questão. As repercussões sobre estas áreas, segundo os entrevistados, foi a perda de mais de 90% da principal cultura irrigada nesta época, a banana e o arroz, respectivamente para os produtores de Condado e Santa Helena. Os primeiros,

³ Esta categoria engloba, para simplificação de análise, os indivíduos que escrevem, mas não lêem satisfatoriamente bem, como também estão inseridos aqueles que apenas assinam o nome.

afirmaram ainda que haviam contraído empréstimos junto ao Banco de Nordeste para investimentos e custeio e esperavam que os rendimentos obtidos a partir da venda da produção desta cultura irrigada, principalmente no ano de 1998, fosse o meio possível de pagar seus débitos. Todavia, as secas implicaram em perdas de receitas e, por conseguinte, na impossibilidade de saldar os débitos bancários.

No presente momento⁴ os colonos em seu conjunto devem ao Banco do Nordeste cerca de R\$ 4.500.000,00. Desse modo, caberia para cada produtor irrigante uma dívida de R\$ 160.714,29, um valor considerável para uma população de baixa renda. Como não estão irrigando, naturalmente esse montante individual tende a crescer. Evidentemente que esta média não leva em consideração que alguns poucos já liquidaram as suas dívidas ou que outros estão se esforçando para isso. Assim, a atual situação de acesso à política de crédito depende do pagamento das dívidas anteriores. Isto cria um efeito “bola de neve”: não produzindo, não poderão pagar, e não pagando, não poderão produzir.

Os entrevistados em ambos os perímetros declararam existir porções que apresentam um processo de erosão e/ ou de salinização preocupante, prejudicando consideravelmente a qualidade produtiva dos solos da região, numa média de 0,5 hectares por lote. Este, consorciado as relações de produção encontradas: assalariados temporários e de parceiros, contribuem para intensificação da utilização da terra, ou seja, há um acentuado número de trabalhadores por hectare de terra. A consequência é a queda da produtividade das áreas irrigadas.

Outro aspecto importante a destacar, é a quase inexistência de investimentos públicos e/ou privados. Do lado privado, observou-se que os pequenos produtores rurais realizam baixos níveis de investimento como pode ser observado pelos instrumentos de trabalho predominantes. Eles utilizam como principais instrumentos de trabalho predominantemente utilizados: a enxada e o arado. Além destes, a maioria usa carroça, foice, semeadeira e pulverizador.

No lado dos investimentos públicos, não há fornecimento de equipamentos de irrigação nem formas de subsídios aos pequenos produtores para compra, investimentos em melhoramentos da infra-estrutura já existente e nem beneficiamento do solo, ou seja, o governo federal ou estadual não está efetivamente executando políticas de investimento e nem estimulando aos pequenos produtores a realizarem, de maneira que a produtividade fica limitada a práticas de conservação dos solos.

No que se refere à produção agrícola, durante o ano de 2003 e dada às condições de limitação hídrica existente nos perímetros irrigados no período pós-1998, os principais produtos cultivados nas áreas de sequeiro são basicamente de subsistência: feijão (10,27%) e milho (9,18%) para o projeto federal. Essas culturas são por excelência destinadas ao consumo familiar, mas também são comercializadas quando há excedentes de produção⁵, representando assim uma fonte de recursos monetários. A renda gerada pela venda desses produtos torna possível ao pequeno produtor a compra de gêneros alimentícios que não são produzidos nas áreas cultivadas.

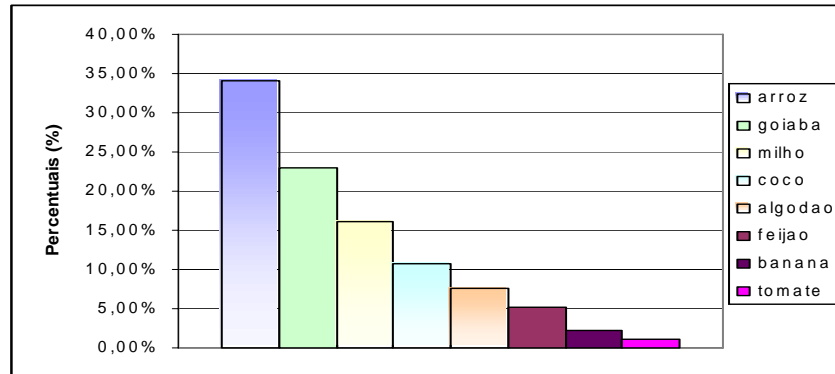
Outros produtos que também estão presentes nos projetos e que se encontram na maioria das áreas irrigadas são basicamente: coco, pimentão, algodão, arroz e frutas como goiaba, maracujá, acerola, mamão, melancia, melão e banana que ajudam também a aumentar a renda das famílias. O perímetro irrigado estadual Lagoa do Arroz apresenta uma produção em proporção um pouco inferior, o algodão (1,76%) e o feijão (1,44%). Além destes, são

⁴ 15 de junho de 2004.

⁵ Entende-se, na verdade, por excedente de produção a diferença entre a produção anual obtida e a estimativa de consumo esperado ao longo de um ano. Quando o trabalhador erra suas expectativas no que concerne ao quanto consumir, ele será obrigado a despendar recursos monetários na compra dos gêneros de que necessita ou gêneros dos quais seus animais necessitem.

produzidos em menor proporção a banana e o tomate (ver Gráfico 2). O plantio de feijão, do algodão, da banana e do tomate são, portanto, fonte de renda para os colonos.

Gráfico 2
Percentual dos diversos produtos agrícolas na produção total do Perímetro Irrigado Lagoa do Arroz.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo (ano 2003).

De modo geral, o projeto apresenta uma carência de apoio efetivo das várias esferas do governo (estadual, municipal e principalmente federal) ao desenvolvimento econômico-social, bem como de assistência técnica contínua de modo a estimular adoção de padrões tecnológicos compatíveis com as características edafo-climáticas das áreas estudadas. Isto, via de regra, contribui para o processo de migração, empobrecimento e exclusão social, na medida que os indivíduos ficam marginalizados atrelados as circunstâncias aleatórias, tais como: periodicidade pluviométrica, períodos eleitorais e possibilidade de emprego fora do local, etc.

A comercialização da produção agrícola dos projetos de irrigação considerados, não tem apresentado problemas no tocante aos meios de transporte e as vias de escoamento da produção, mas tem apresentado problemas com a comercialização. Contudo, vale ressaltar que desde a seca de 1998 a capacidade de produção dos perímetros ficou restringida a feijão, milho (no caso do projeto federal) e arroz (no caso do projeto estadual), significando redução das possibilidades de comercialização e dado que o volume de venda depende, via de regra, do excedente da produção⁶ destes produtos. A comercialização das frutas, do algodão e do pimentão independem dessa característica, o grau de absorção da produção destinada ao consumo próprio é menor e, por conseguinte, torna o volume de venda relativamente superior ao feijão, arroz e milho.

A comercialização se dá por meio de atravessadores ou pela própria cooperativa: os atravessadores tendem a pressionar para baixo dos preços de venda dos colonos, o que é possível devido à existência de poucos compradores.

As vendas ocorrem em feiras livres das pequenas cidades circunvizinhas. Do total de trabalhadores entrevistados, 32,14% afirmaram que vender a atravessadores, 39,29% comercializam diretamente a produção e 28,57% deles declararam que não vendem a produção, produzindo exclusivamente para auto-consumo (no caso de Condado). Não foram obtidos dados precisos acerca da existência de atravessadores a produção agrícola do perímetro estadual, mas segundo entrevistados há uma forte presença de indivíduos de fora do perímetro.

No caso dos excedentes das produções do feijão e do milho, característicos do perímetro federal, a venda ocorre diretamente intraperímetro (35,71%), isto é, os próprios colonos compram e vendem parte do que é gerado pelo projeto e o restante da produção, os 32,14%, os colonos destinam a outros mercados, auxiliados pela cooperativa. No caso do segundo grupo formado pelas frutíferas, a produção se destina a mercados próximos: municípios vizinhos tais como: Patos, Pombal, Cajazeiras como também a municípios de outros estados vizinhos. Já o arroz, característico do projeto Lagoa do Arroz, prevalece como principal produto comercial e o montante a ser vendido depende também do excedente de produção.

As oscilações de preços são apontadas pelos irrigantes como um fator de desestímulo à produção e redutor dos ganhos comerciais; à época de colheita onde o oferta de bens se eleva e traz como consequência imediata a redução dos preços. Os irrigantes alegam ser necessária a intervenção estatal com mecanismos fiscais, principalmente subsídios, que dêem sustentabilidade aos preços dos poucos produtos agrícolas que se produzidos nos perímetros. Isto teria implicações sobre a melhoria das condições de vida do conjunto das populações beneficiadas, entretanto, isto não ocorre, e a pobreza se agrava, como pode ser observado na análise dos rendimentos, a seguir.

4.3.4 As formas de pagamento da mão-de-obra e as relações de produção.

As formas de pagamento da mão-de-obra utilizada nos perímetros são variadas: pagamentos em dinheiro, em trabalho e em “espécie” (produtos). Quando se trata de elementos de uma família ou agregados da mesma, o meio de pagamento freqüentemente usado é em espécie, portanto, parte do que produzido é dividido entre os membros integrantes da família pela atividade realizada. Quando se referem a indivíduos que não são componentes de uma família, o pagamento é em dinheiro ou, em menor proporção, em espécie. Estes são contratados por um período relativamente curto para realizam determinadas atividades, recebendo uma quantia monetária denominada de diária⁷.

As pequenas produções apresentam relações de produção tipicamente agrícolas tais como: parcerias ou assalariamento. No perímetro irrigado federal, no momento da pesquisa, 79 indivíduos trabalham diretamente nas unidades de produção irrigada (os lotes). Estes se decompõem em: colonos, parceiros e assalariados temporários que produzem basicamente os gêneros já citados. Destes indivíduos, 20,25% são assalariados temporários e 6,33% trabalham sob sistema de parceria. No projeto estadual Lagoa do Arroz, 314 pessoas estão trabalhando nas unidades, dos quais 44,90% desse total são familiares; 44,59% são assalariados temporários e 10,51% trabalham sobre a forma de parcerias.

4.4 Rendimentos e suas fontes alternativas.

A comercialização dos bens deveria ser a principal fonte geradora de renda para os colonos, porém pelas características hídricas presentes e por outros fatores já citados, o quadro atual de composição da renda deve refletir bem a eficiência e a situação econômica dos irrigantes. A composição da renda é supostamente um dos indicadores dos benefícios da implantação dos perímetros, se a renda derivada do trabalho for elevada o projeto está cumprindo seus objetivos – gerar emprego e renda, reduzindo, portanto a pobreza e a exclusão social.

Constatou-se que a população residente nos dois projetos (federal e estadual) é cerca de R\$ 397,625 e R\$ 448,64 respectivamente. A rendimento médio é composto de aposentadorias, auxílios externos e renda. Em ambos os projetos a aposentadoria destacou-se pelo volume de

⁷ A diária no período de aplicação da pesquisa era de R\$ 8,00.

fluxo transferido aos locais. Essa cobertura previdenciária existente é, por um lado, um fator para contenção dos fluxos migratórios para uma porção pouco significativa da população, mas por outro lado, não inibe completamente o fluxo. Isto se deve ao fato de que as precárias condições de vida dos irrigantes estão atreladas ao desempenho ineficiente dos referidos projetos de irrigação. Isto por sua vez, impulsiona os filhos dos pequenos produtores irrigantes, ainda em idade ativa, a buscar em outras regiões melhores condições de vida.

As aposentadorias são esvaziadas pela necessária utilização de parte delas na continuidade das culturas irrigadas, o que tende a deprimir a renda média do conjunto e provocar empobrecimento local. O rendimento médio mensal é de R\$ 397,625 no perímetro federal e a composição do rendimento total do perímetro se distribui da seguinte forma: a aposentadoria corresponde 79,72 % dos rendimentos totais, 12,44% são rendas de trabalho assalariado e os auxílios externos representam 7,84 % da composição dos rendimentos totais dos colonos; no caso do projeto estadual o rendimento médio mensal sendo de aproximadamente R\$ 448,64, cuja composição é: 55,84% são rendas do trabalho, 7,11% de auxílios externos⁸ e 37,06% de aposentadorias⁹. Portanto, para ambos os projetos, a aposentadoria é a mais representativa forma de obtenção de rendimento médio mensal.

Desse modo, a aposentadoria torna-se o elemento dinamizador de consumo e da realização de novos investimentos. No caso do projeto federal, o fato de os pequenos produtores estarem inadimplentes com o Banco do Nordeste, não podendo contrair novos empréstimos obriga-os, via de regra, a utilizarem uma proporção da aposentadoria como investimento reduzindo, portanto, seu nível de consumo; a redução do consumo, por sua vez, libera recursos que são aplicados em melhorias na capacidade produtiva de seus lotes de modo a permitir a continuidade da produção dos bens de subsistência e dos produtos ditos comerciais. Assim, a aposentadoria torna possível, de um lado, a continuidade da produção e, de outro lado, implica em precariedade das condições de vida do conjunto das populações irrigantes (por reduzir o consumo).

De modo geral, as transferências de renda (através da aposentadoria ou programas governamentais), estão contribuindo para amenizar as precárias condições de vida e inibir, de certa forma, o fluxo migratório, ou seja, são políticas de bem-estar que indiretamente fixam o homem no campo sem o mesmo realizar efetivamente uma atividade produtiva.

Mesmo diante da paralisação do perímetro, os colonos reconhecem que existiriam vantagens em desenvolver a irrigação, entretanto, é imprescindível que sejam dados os devidos estímulos. O que se observa hoje são manifestações de descontentamento pela existência e pela permanência de determinados fatores inibidores do processo de desenvolvimento dos perímetros irrigados, o projeto federal Engenheiro Arcoverde e o estadual Lagoa do Arroz, são eles: a limitação hídrica existente, a elevada tarifa elétrica, a falta de assistência técnica e o acesso ao crédito. Se estes fatores fossem efetivamente contidos, implicaria em melhorias das condições de vida da população residente no referido projeto de irrigação. Isto certamente, se traduziria na redução da pobreza conseqüentemente de redução da exclusão social e na contenção dos fluxos populacionais emigratórios que ainda persistem nestas áreas.

De acordo com os irrigantes, um dos fatores de que tem prejudicado o desenvolvimento das culturas irrigadas é a limitação hídrica que vem se acentuando nestes últimos cinco anos. A principal fonte hídrica do projeto federal, o açude público Engenheiro Arcoverde, está com 28% da sua capacidade total (DNOCS,2003) e as demais fontes (poços amazonas) estão operando através energia elétrica; já no projeto estadual, o açude Lagoa do Arroz, está com

⁸ Designamos Auxílios Externos, as transferências de renda via programas governamentais tais como: bolsa renda, bolsa alimentação e auxílio-gás; e, as rendas enviadas de filhos migrantes.

⁹ Vale a ressalva de que a variância da estimativa de rendimento médio mensal apresentou-se elevada, 4420,74. Isto se deve a existência de 2 indivíduos de renda superior a R\$ 2500, representado 31,06% do rendimento total da amostra.

capacidade relativamente estável segundo os entrevistados, porém as vias de escoamento não estão permitindo a produção, isto é, existe capacidade hídrica mas não esta sendo distribuída de maneira eficiente.

Um outro fator mencionado é o elevado preço da energia elétrica. Os colonos informaram que a tarifa elétrica custa 17 centavos por quilowatt. O custo médio mensal da energia elétrica por colono é de aproximadamente R\$ 100,00. Dado que a rendimento média do conjunto é de R\$ 397,625 e R\$ 448,64, representaria, portanto, uma proporção significativa a ser abdicada de sua renda em detrimento da produção, caso o pequeno produtor deseje continuar produzindo.

A tarefa de energia elétrica é considerada elevada apesar de haver uma parceria entre a SAELPA, Governo do Estado, projeto COOPERAR e Banco Mundial, para fornecimento de um kit de irrigação com tarifa verde¹⁰ para cada hectare de lote, “(...) com fruticultura irrigada para cada irrigante, por sistema localizado- microaspersão”. Isto criou entre os pequenos produtores dos dois perímetros irrigados um ambiente de boas perspectivas a produção.

As fontes de água necessárias para a continuidade do sistema de irrigação são predominantemente captadas dos poços com acentuado nível de salitre, em ambos os projetos. Isto tem contribuído para o crescimento de áreas salinizadas e diminuições de áreas passíveis de serem cultivadas. A taxa de crescimento tem-se apresentado expressiva, consoante informações colhidas diretamente dos colonos. O processo comum de combate à salinização do solo é o emprego de estrumes ou de decomposição de determinadas plantas sobre área atingida, sendo agravado pela falta de uma assistência técnica contínua. A descontinuidade de assistência técnica é outro ponto prejudicial.

E por último, mas não menos importante é a situação financeira preocupante na qual se encontram os produtores do perímetro federal. Conforme se mencionou, o atual volume de dívida é considerado um problema para os irrigantes. A dívida os impede de contrair novos empréstimos, e, portanto, de investirem em suas áreas (no projeto estadual esta presente uma forte concentração fundiária, e desse modo, não contraíram dívidas no intuito de investir em sua produção). Essa dívida, apesar das negociações estarem sendo feitas, até o presente momento (início de 2004) não se chegou a um consenso entre o Banco do Nordeste e os pequenos produtores rurais.

À medida que passa o tempo e não se soluciona o problema, o montante da dívida cresce, dificultando ainda mais alcançar a um denominador comum entre ambos grupos. Evidentemente, que o pagamento dessa dívida é algo impossível, dadas às condições econômicas dos pequenos produtores rurais. Se a rendimento média é de R\$ 367,625 para uma dívida média de R\$ 160.714,29 o pagamento é praticamente inconcebível, a menos que os mesmos vendessem tudo que possuem. A nosso ver, necessário se faz a presença do estado como meio conciliador dos interesses dos dois grupos. Esta situação financeira não foi constatada no projeto de irrigação estadual.

5 O PROCESSO EMIGRATÓRIO NOS PROJETOS DE CONDADO E SANTA HELENA.

Hoje, sem o expressivo auxílio governamental no que concerne a políticas de fixação do homem no campo, uma pequena proporção dos novos colonos, ainda em idade produtiva, são obrigados a migrarem para outras regiões; 17,86% dos informantes do projeto de irrigação federal declararam que se tornariam emigrantes, caso ocorram períodos em que a seca apresente fortes impactos que deprimam suas condições econômicas.

¹⁰ Tarifa verde é o nome dado ao medidor de consumo elétrico que possui uma tarifa de R\$ 0,04 centavos por quilowatt. Significando, desse modo, em uma redução nos custos de irrigação.

Segundo os dados coletados no Projeto de Condado 87 dos 147 filhos dos entrevistados migraram, e, no caso de Santa Helena, 57 dos 111 filhos, percentualmente representariam para ambos mais de 50% dos filhos, de forma que, mostra claramente que o fator de expulsão é a ineficiência dos perímetros em gerar emprego e renda e, conseqüentemente, leva ao agravamento da pobreza e exclusão social local.

Vale a ressalva, de que esse processo migratório permanece atual, exercendo influência tanto sobre caráter social (desestruturação das famílias) com também econômico (reestruturação produtiva). Os imigrantes atuais, conforme se destacou, são formados por filhos dos colonos fugidos da seca e de seus impactos; ou ainda, pais em busca de rendimentos para a família que permanece no município. Estes exercem, em sua maioria, nos grandes centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, ocupações de porteiro e empregada doméstica, cujo rendimento médio é relativamente baixo.

RESULTADOS

Os principais resultados indicados pela pesquisa são: a) a política de irrigação não foi eficiente no sentido de conter os processos migratórios, a pobreza e a exclusão social; b) a ampliação da cobertura da política previdenciária tem sido o elemento dinamizador desses processos, à medida que, as aposentadorias têm financiado a atividade agropecuária; c) uma das características predominantes dos perímetros irrigados é a baixa escolaridade, podendo ser considerado uma barreira a adoção de novos padrões tecnológicos e, portanto, de limitação ao seu desenvolvimento e redução da pobreza e da contenção dos fluxos emigratórios; d) ausência de políticas de sustentação de preços torna os produtores dos dois perímetros irrigados vulneráveis às condições adversas do mercado, o que inibe o desenvolvimento da atividade, e, portanto, a geração de renda e emprego agravando a pobreza e a exclusão social.



Referências bibliográficas

ABRAMOAVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HURITEC/ANPOC/UNICAMP, 1992.

DNOCS. **Situação atual e perspectivas dos perímetros irrigados, da piscicultura e dos recursos hídricos administrados pelo DNOCS no Semi-árido**. Fortaleza, 10 a 11 de abril de 2003.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. 2001.

MAGALHÃES, Walmir Severo. **Análise da contribuição socioeconômica da política de açudagem um estudo de caso**. Fortaleza, 1996. Dissertação (mestrado). Departamento de Economia Agrária, Universidade Federal do Ceará.

MOTA, F.A.S. **A atuação do DNOCS aos efeitos das secas**. – Fortaleza. DNOCS, 1979.42p.

USP. **Revista estudos avançados: dossiê Nordeste seco**. São Paulo. V.13. Nº 36. maio/ ago., 1999.